



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 11 de abril de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

COMUNICADO Nº BALANÇO PATRIMONIAL, DE 10 DE ABRIL DE 2025

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ: 60.742.616/0007-55

BALANÇO PATRIMONIAL

Em reais

ATIVO	N.E	2024	2023
Circulante		2.970.450	4.608.861
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	862.778	2.931.198
Contas a Receber	5	20.981	17.677
Outros Créditos	6	375.039	365.845
Despesas Antecipadas	7	18.743	20.635
Estoques	8	1.692.909	1.273.506
Não Circulante		5.425.963	5.211.136
Realizável a Longo Prazo	9	851.353	616.000
Imobilizado - NBC TG 07	10	4.412.058	4.354.558
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	11	162.552	240.578
TOTAL DO ATIVO		8.396.413	9.819.997

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ: 60.742.616/0007-55

PASSIVO	N.E	2024	2023
Circulante		31.740.480	34.092.662
Fornecedores		7.065.034	6.989.162
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	11	97.500	90.000
Obrigações Trabalhistas e Sociais	12	6.787.633	6.628.579
Férias e Encargos	13	12.727.234	12.625.375
Obrigações Tributárias	14	2.454.808	2.779.363
Outras Contas a Pagar		854.988	631.377
Verbas de Subvenções	15	1.753.283	4.348.806
 Não Circulante		 8.068.248	 7.139.650
Recursos Aplicados em Imobilizado NBC TG 07	10	4.412.058	4.354.558
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	11	75.296	149.086
Provisão para Contingências	16	3.580.894	2.636.006
 Patrimônio Líquido	17	 (31.412.315)	 (31.412.315)
Patrimônio Social		(31.412.315)	(31.412.315)
Déficit do Exercício		-	-
 TOTAL DO PASSIVO		 8.396.413	 9.819.997

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ: 60.742.616/0007-55

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em reais

	N.E	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS		181.820.106	172.958.165
Verbas Públicas	18	181.441.652	169.228.509
Outras Receitas		204.554	3.551.251
Trabalhos Voluntários	23	173.900	178.405
DESPESAS OPERACIONAIS		(181.870.516)	(173.012.770)
Pessoal e Encargos	19	(115.188.637)	(111.981.058)
Serviços Prestados por Terceiros		(35.469.712)	(30.695.769)
Medicamentos e Materiais	20	(25.712.246)	(24.370.039)
Administrativas e Gerais	21	(965.370)	(795.532)
Serviços de Utilidade Pública	22	(3.007.345)	(3.853.842)
Locações		(1.337.968)	(1.092.671)
Tributárias		(15.338)	(45.454)
Trabalhos Voluntários	23	(173.900)	(178.405)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(50.410)	(54.605)
RESULTADO FINANCEIRO	24	50.410	54.605
Receitas Financeiras		76.531	84.761
Despesas Financeiras		(26.121)	(30.156)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ: 60.742.616/0007-55

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em reais

		Patrimônio Social	Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2022	N.E	(28.892.626)	(2.519.689)	(31.412.315)
Movimentação do Período				
Incorporação ao Patrimônio Social do Déficit do ano anterior		(2.519.689)	2.519.689	-
Déficit do Exercício		-	-	-
Transferências Patrimoniais entre os estabelecimentos da entidade		-	-	-
Saldos em 31/12/2023	17	(31.412.315)	-	(31.412.315)
Movimentação do Período				
Incorporação ao Patrimônio Social do Déficit do ano anterior		-	-	-
Déficit do Exercício		-	-	-
Saldos em 31/12/2024	17	(31.412.315)	-	(31.412.315)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ: 60.742.616/0007-55

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em reais

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	-	-
Depreciação	474.345	510.147
Baixas de Imobilizado	-	32.954
Provisão para Contingências	944.887	(2.510.006)
Resultado Ajustado	1.419.232	(1.966.905)
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO	(3.013.307)	4.681.360
(Aumento) Diminuição nos Ativos		
Contas a Receber	(3.304)	(2.745)
Outros Créditos	(9.194)	(44.528)
Despesas Antecipadas	1.892	39.650
Estoques	(419.403)	(194.523)
Realizável a Longo Prazo	(235.353)	(132.965)
Arrendamento Operacional NBC TG 06	78.026	233.426
Aumento (Diminuição) nos Passivos		
Fornecedores	102.418	873.205
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	(92.835)	(273.262)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	159.054	198.871
Férias e Encargos	101.859	407.303
Obrigações Tributárias	(324.556)	394.539
Outras Contas a Pagar	223.610	(224.625)
Verbas de Subvenções	(2.595.521)	3.407.014
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(1.594.075)	2.714.455
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizado	(531.845)	(338.447)
Recursos Aplicados em Imobilizado NBC TG 07	57.500	(204.654)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(474.345)	(543.101)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.068.420)	2.171.354
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.931.198	759.844
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	862.778	2.931.198
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.068.420)	2.171.354

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ: 60.742.616/0007-55

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em reais

	2024	2023
RECEITAS	181.646.206	172.779.760
Verbas Públicas	181.441.652	169.228.509
Outras Receitas	204.554	3.551.251
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(65.154.673)	(59.715.182)
Serviços Prestados por Terceiros	(35.469.712)	(30.695.769)
Medicamentos e Materiais	(25.712.246)	(24.370.039)
Administrativas e Gerais	(965.370)	(795.532)
Serviços de Utilidade Pública	(3.007.345)	(3.853.842)
VALOR ADICIONADO BRUTO	116.491.533	113.064.578
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	116.491.533	113.064.578
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	76.531	84.761
Receitas Financeiras	76.531	84.761
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	116.568.064	113.149.339
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	116.568.064	113.149.339
Pessoal	115.188.637	111.981.058
Salários	101.627.676	98.552.534
Benefícios	5.204.525	5.212.073
FGTS	8.356.436	8.216.451
Tributárias	15.338	45.454
Federais	13.473	11.088
Estaduais	844	20.648
Municipais	1.021	13.718
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.364.089	1.122.827
Despesas Financeiras	26.121	30.156
Locações	1.337.968	1.092.671
Remuneração de Capitais Próprios	-	-
Déficit do Exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba, inscrita no CNPJ sob nº 60.742.616/0007-55, com endereço na Rua Rio Negro, nº 48, Itaquaquecetuba/SP é uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos, filial da Casa de Saúde Santa Marcelina, que através de parceria firmada por meio de Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo, faz a Gestão do Hospital Geral de Itaquaquecetuba, desde 24 de março de 2000. O Hospital Geral está localizado no município de Itaquaquecetuba, cujo número de habitantes é de aproximadamente 369.275. Tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, da Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde. Seus profissionais estão inseridos no programa de Segurança do Paciente, estando estes, comprometidos com a construção de um modelo de gestão compartilhada e transparente, garantindo um atendimento de qualidade e segurança à população.

O Hospital é considerado referência na Grande São Paulo, prestando assistência hospitalar à região do Alto Tietê, composta pelos municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano e Guarulhos, obedecendo o princípio da universalidade do atendimento, sem qualquer tipo de distinção.

Mantém atendimento de Emergência nas especialidades de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia, Traumatologia, Ortopedia, Psiquiatria e Neurocirurgia. Além disso disponibiliza o ambulatório de Especialidades de Cirurgia Vascular, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Geral, Ginecológica e Neurocirurgia, bem como exames de tomografia, endoscopia, mamografia, ultrassonografia e ecocardiograma para a rede.

A Casa de Saúde Santa Marcelina qualificada como Organização Social de Saúde, tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral de Itaquaquecetuba, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão nº SES-PRC-2021/ 32592 firmado com o Governo do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, regido pela Lei Complementar Estadual nº 846 de 04 de junho de 1998, cujo prazo de vigência de 05 (cinco) anos, iniciou-se em 01/12/2021.

1. Certificações Públicas

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba, filial da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade filantrópica sem fins lucrativos, é reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e qualificada como Organização Social de Saúde, de acordo com as disposições da Lei Complementar 846/1998, por meio do processo SS-001-0001-002-775-97 – Ap. SS – 001-0001-002-776-97 perante o Governo do Estado de São Paulo, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades na área da Saúde.

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Casa de Saúde Santa Marcelina, foi deferido em 17 de novembro de 2023 através da portaria nº 959 de 13 de novembro de 2023, com validade até o dia 31 de dezembro de 2024. A entidade protocolou em 17/09/2024, de modo tempestivo, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.139005/2024-38, em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que “será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação”. O processo se encontra aguardando a manifestação do Ministério da Saúde – MS e até a presente data não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: “A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

1. Áreas de atuação e objeto social

De complexidade secundária, a oferta dos serviços está estruturada e distribuída nas áreas de Saúde Mental, Saúde do Adulto, Saúde da Mulher, Neonatologia, Ortopedia, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular e Neurocirurgia, sendo importante referência na área da saúde na região do Alto Tietê, mantendo os seguintes atendimentos: atendimento a urgências e emergências pelo Pronto Socorro; atendimentos ambulatoriais médicos e não médicos através do Ambulatório de especialidade cirúrgico, Maternidade com alojamento conjunto, exames para pacientes externos através de oferta para a rede pelo SADT externo.

1. Manutenção financeira da Associação

O Hospital tem como fonte de recurso, o repasse financeiro previsto na cláusula 7º do Contrato de Gestão e Termos Aditivos atinentes, e doações de pessoas físicas e jurídicas.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, autorizadas para emissão em 23 Janeiro de 2025, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1) relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e subsidiariamente a Legislação Societária.
- 2. **Bases para elaboração:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer informações relativas à totalidade das atividades operacionais da Casa de Saúde Santa Marcelina realizadas por sua filial. Foram elaboradas para todos os aspectos relevantes, observando as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 (R1). Estão demonstradas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma quando mencionado conforme descrito a seguir:

Resumo das principais práticas contábeis adotadas:

1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem numerário em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor;
2. **Estoque:** O custo dos estoques, baseado no método da média ponderada móvel, estão demonstrados ao custo histórico ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. É avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não superam o valor de mercado.
3. **Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo;
4. **Direito de Uso decorrente de Operações de Arrendamento Mercantil - NBC TG 06 (R3):** De acordo com a determinação definida na referida norma, os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros a valor presente e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil.

Foram utilizados os seguintes critérios práticos requeridos pela norma para efeito de escrituração contábil:

1. Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada pela Entidade, líquida da inflação dos últimos 12 meses;

2. Contratos inferiores a 12 meses e bens de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma;
3. A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos, cuja composição de valor dependa de variável; e
4. O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa.

A entidade não contabilizará como arrendamento os bens de baixo valor. De acordo com o Item B8 da NBC TG 06, exemplos de ativos subjacentes de baixo valor podem incluir computadores pessoais, tablets, pequenos itens de mobiliário de escritório e telefones. Será considerado bens de baixo valor, o ativo subjacente, com base no valor do ativo quando este é novo, independentemente da idade do ativo que está sendo arrendado. Quanto a determinação do valor para efeito de consideração de bens de baixo valor, a entidade adotará o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), tendo como referência o documento *Effects Analysis* elaborado pela *IFRS Foundation*, ao descrever que, a IFRS 16 não exige que uma empresa escreva arrendamentos de ativos de baixo valor – por exemplo, arrendamentos de ativos, cujo valor do bem quando novo seja de US\$ 5.000 ou menos.

Os bens contabilizados são reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e, no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais.

O maior impacto se dá no aumento do endividamento a Curto e Longo Prazo e consequente queda do índice de liquidez corrente tendo em vista a contrapartida do passivo estar reconhecida integralmente no grupo do Imobilizado;

1. **Férias e encargos a pagar:** Foram calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
2. **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2);
3. **Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações e os rendimentos financeiros, que são registrados pela sua realização financeira;
4. **Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Entidade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, são reconhecidas como receita diferida no Balanço Patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos. Demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional confrontada com as despesas que pretende compensar desde que atendidas as condições normativas. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato a Entidade, sem custos futuros relacionados, são

reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas, conforme NBC TG 07 (R2);

5. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas podem incluir o valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, produção de serviços médicos e outros similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente; e,
6. **Reconhecimento dos trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Os trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais.

7. DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO (não auditado)

Foram executadas as atividades abaixo demonstradas:

Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Item	Meta 2024	Produção 2024	Variação	Produção 2023
Nº de Saídas Clínicas	8.760	9.861	12,57%	10.112
Nº de Saídas Cirúrgicas	4.800	5084	5,92%	4.851
Nº de Consultas Ambulatoriais Médicas	33.600	30.298	(9.83%)	30.846
Nº de Consultas Ambulatoriais Não Médicas	1.920	3.206	66,98%	2.971
Nº de Atendimento de Urgência	42.000	56.332	34,12%	52.172
Nº de Atividades SADT	23.400	21.862	(6,57%)	21.528
Hemodiálise	19.656	18.642	(5,16%)	18.445

Outras Informações

Item	2024	2023
Nº de Leitos - Média	204	206
Taxa de Ocupação - Média	137,96%	137,72%
Permanência - Média	6,76	6,88
Nº de Partos Realizados	3.022	3.480

1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

Descrição	2024	2023
Fundo Fixo	2.500	2.500
Subtotal	2.500	2.500
Aplicações Financeiras - Verba de Custeio*	860.278	2.627.779
Aplicações Financeiras - Verba de Investimento*	-	300.919
Subtotal Aplicações	860.278	2.928.698
Total	862.778	2.931.198

* As aplicações financeiras são remuneradas a taxas variáveis entre 74,61% a 83,40% do CDI.

1. CONTAS A RECEBER

O saldo a receber está substancialmente representado como segue:

Descrição	2024	2023
Outras contas a receber	20.981	17.677
Total	20.981	17.677

1. OUTROS CRÉDITOS

Referem-se a adiantamentos a empregados, fornecedores de produtos e serviços, e tributos a recuperar.

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores	13.371	7.364
Adiantamentos a Funcionários	350.410	348.228
Tributos à Recuperar	11.258	10.253
Total	375.039	365.845

1. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se a antecipação de despesas com seguros, assim representados:

Descrição	2024	2023
Seguros em Geral	18.743	20.635
Total	18.743	20.635

1. ESTOQUES

O estoque contém sobretudo, materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo, para atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estoques existentes em 31 de dezembro estão assim discriminados:

Descrição	2024	2023
Drogas e Medicamentos	484.160	414.674
Consumo Hospitalar	502.725	336.686
Fios Cirúrgicos	39.054	22.279
Banco de Sangue	3.759	4.345
Órteses e Próteses	62.171	35.412
Demais Estoques	601.040	460.110
Total	1.692.909	1.273.506

1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Referem-se a valores depositados em razão de processos judiciais e são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	2024	2023
Depósito Judicial ICMS s/ Energia Elétrica	550.468	513.854
Depósito Recursal trabalhista	236.403	102.146
Depósito de Execução Provisória Trabalhista	64.482	-
Total	851.353	616.000

1. IMOBILIZADO - NBC TG 07

Os ativos imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, acrescido de tributos sobre a compra e outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de funcionamento. A depreciação se inicia quando o ativo imobilizado está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento e é calculada usando o método linear.

As movimentações do imobilizado estão demonstradas a seguir:

	2023	2024		
Descrição	Saldo Líquido	Aquisição	Depreciação	Saldo Líquido
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	1.265.224	319.443	(217.287)	1.367.380
Móveis e Utensílios	155.714	24.068	(27.272)	152.510
Máquinas e Equipamentos	296.365	151.138	(66.120)	381.383
Veículos	7.483	-	(4.276)	3.207
Instalações	1.680	-	(249)	1.431
Equipamentos de Informática	75.478	1.595	(23.381)	53.692
Edificações Hospitalares	688.222	-	(72.277)	615.945
Terrenos	644.997	-	-	644.997
Benfeitorias em Imóveis	1.072.487	-	(63.483)	1.009.004
Obras / Reformas em Andamento	146.908	35.601	-	182.509
TOTAL	4.354.558	531.845	(474.345)	4.412.058

	2022	2023			
Descrição	Saldo Líquido	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo Líquido
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	1.328.515	211.770	(259.505)	(15.556)	1.265.224
Móveis e Utensílios	174.345	23.439	(26.706)	(15.364)	155.714
Máquinas e Equipamentos	294.873	62.829	(59.482)	(1.855)	296.365
Veículos	11.759	-	(4.276)	-	7.483
Instalações	1.929	-	(249)	-	1.680
Equipamentos de Informática	66.846	32.979	(24.168)	(179)	75.478
Edificações Hospitalares	760.500	-	(72.278)	-	688.222
Terrenos	644.997	-	-	-	644.997
Benfeitorias em Imóveis	1.135.970	-	(63.483)	-	1.072.487
Obras / Reformas em Andamento	139.478	7.430	-	-	146.908
TOTAL	4.559.212	338.447	(510.147)	(32.954)	4.354.558

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	2024	2023
Bens de Uso			
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	10%	7.411.801	7.092.358
Móveis e Utensílios	10%	1.034.991	1.010.923
Máquinas e Equipamentos	10%	2.059.806	1.908.668
Veículos	20%	208.166	208.166
Instalações	10%	96.552	96.552
Equipamentos de Informática	20%	493.802	492.207
Edificações Hospitalares	4%	1.806.933	1.806.933
Terrenos	-	644.997	644.997
Benfeitorias em Imóveis	4%	1.587.070	1.587.070
Subtotal (a)		15.344.118	14.847.874
Obras / Reformas em Andamento	-	182.508	146.907
Subtotal (b)		182.508	146.907
(-) Depreciação Acumulada		(11.114.568)	(10.640.223)
Subtotal (c)		(11.114.568)	(10.640.223)
Total Imobilizado (a+b+c)		4.412.058	4.354.558

1. DIREITO DE USO – ARRENDAMENTO NBC TG 06

ATIVO			
	2023	2024	
Objeto do contrato	Direto de uso	Despesas realizadas	Direito de uso
Locações de Equipamentos	240.578	(78.025)	162.553
Total	240.578	(78.025)	162.553

PASSIVO							
2024	2023		2024	2023		2024	2023
Passivo Circulante			Passivo Não Circulante			Total do Passivo	
97.500	90.000		75.296	149.086		172.796	239.086

*Os Bens de uso de arrendamento mercantil são lançados no grupo de imobilizado e reconhecidos segundo critérios no atendimento ao NBC TG 06 (R3), conforme nota 2.d.

1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Descrição	2024	2023
Salários a Pagar	5.316.793	5.155.565
Pensão Alimentícia	44.168	44.423
Rescisões a Pagar	7.119	24.384
INSS a Recolher	495.003	490.243
FGTS a Pagar	924.550	903.634
FGTS s/ Rescisão a Pagar	-	10.330
Total	6.787.633	6.628.579

1. FÉRIAS E ENCARGOS

Descrição	2024	2023
Férias	11.784.476	11.690.162
Encargos s/ Provisões	942.758	935.213
Total	12.727.234	12.625.375

1. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2024	2023
IRRF sobre Salários	2.308.583	2.621.513
IRRF sobre Terceiros	30.431	28.689
IRRF sobre Autônomos	19.379	14.946
CSRF sobre Terceiros	80.350	81.899
ISS sobre Terceiros	514	1.118
INSS sobre Terceiros	1.398	650
INSS sobre Autônomos	14.153	17.811
Taxas Diversas Municipais	-	12.737
Total	2.454.808	2.779.363

1. VERBAS DE SUBVENÇÕES

Referem-se a recursos recebidos e aplicados do Contrato de Gestão como segue:

2024				
Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Valor residual
4.348.806	178.578.008	362.679	(181.536.210)	1.753.283

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido” (Item 12, NBC TG 07 R2).

Valores Recebidos: Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Rendimentos financeiros: Tratam-se de rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SES/SP, para realização das atividades do Contrato de Gestão.

Consumo: Demonstra os gastos que foram empregados na Organização Social de Saúde ao longo do exercício social.

Em 2024 o Hospital recebeu o total de verba que segue abaixo:

Verba de Custeio	2024
Contrato de Gestão nº SES-PRC-2021/32592	171.874.415
Termo aditivo n.º 02/2024	(12.555)
Termo aditivo n.º 03/2024	250.000
Termo aditivo n.º 05/2024	5.120.000
Termo aditivo n.º 06/2024	717.146
Termo aditivo n.º 07/2024	300.000
Total (a)	178.249.006

Outros Recebimentos	2024
Doações de Custeio a Aplicar	76.842
Arrendamento/Locação de Custeio a Aplicar	252.160
Total (b)	329.002

Total dos Valores Recebidos (a+b)	178.578.008
--	--------------------

Em 2024 para fazer frente as suas despesas e executar suas atividades, foi previsto um total de verba de custeio no valor de R\$ 171.874.415 (Cento e setenta e um milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais).

O Termo Aditivo nº 02/2024, tem por objeto a redução de recursos financeiros de custeio pelo não cumprimento do Projeto Especial “Corujão da Saúde – Oncologia” nos meses de setembro a novembro de 2021 no valor de R\$ 12.555 (doze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) no Hospital Geral de Itaquaquecetuba.

O Termo Aditivo nº 03/2024, trata-se de repasse de recursos financeiros de custeio estabelecido pela Portaria 3.628 no valor de R\$ 250.000 (Duzentos e cinquenta mil reais) para o Hospital Geral de Itaquaquecetuba.

O Termo Aditivo nº 05/2024, trata-se de repasses de recursos financeiros de custeio a serem repassados nos meses de setembro a dezembro do presente exercício, estabelecido para a recomposição orçamentária no valor de R\$ 5.120.000 (Cinco milhões, cento e vinte mil reais).

O Termo Aditivo nº 06/2024, trata-se de repasses de recursos financeiros de custeio estabelecido para o Programa Nacional das Filas de Cirurgias Eletivas no Estado de São Paulo, Portaria nº

90/GM/MS, a serem repassados em novembro e dezembro de 2024 no valor de R\$ 717.146 (Setecentos e dezessete mil, cento e quarenta e seis reais).

O Termo Aditivo nº 07/2024, trata-se de repasse de recursos financeiros de custeio estabelecido pela Portaria nº 2.624/2020 - RENAVER, a ser repassado em dezembro de 2024 no valor de R\$ 300.000 (Trezentos mil reais) para o Hospital Geral de Itaquaquecetuba.

1. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo passivo da lide, são constituídas provisões, consoante NBC TG 25 (R2), para todas as contingências de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados externos que assessoram a instituição.

Para os valores passivos que possuem como contrapartidas depósitos judiciais, foram realizadas as devidas atualizações findo o exercício de 2024.

Os montantes estão assim representados:

Descrição	2024	2023
Processos trabalhistas	1.406.762	708.927
Processos cíveis	1.623.664	1.413.225
Processos tributários	550.468	513.854
Total	3.580.894	2.636.006

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que sejam divulgados em nota explicativa, apresentam os seguintes montantes em 31/12/2024: R\$ 11.909.776 (Cível), R\$ 4.832.812 (Trabalhista) e R\$ 7.117 (Tributário).

1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução dos serviços de saúde, os recursos financeiros destinados à Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba são providos em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a entidade depende do recebimento regular e suficiente desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

O saldo do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) do exercício de 2024 é de (R\$ 31.412.315) e o Resultado do Exercício foi nulo, e em 2023 o Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) era de (R\$

31.412.315) e Resultado foi nulo.

1. VERBAS PÚBLICAS

As receitas são realizadas de acordo com o que consta na nota explicativa nº 2.j, conforme abaixo:

Receitas realizadas de Recursos do Contrato de Gestão	2024	2023
Verbas Públicas - Custeio	181.437.419	169.160.624
Verbas Públicas - Investimento	4.233	67.885
Total Receitas Realizadas Contrato de Gestão	181.441.652	169.228.509

1. PESSOAL E ENCARGOS

Descrição	2024	2023
Pessoal Próprio	(101.627.676)	(98.539.602)
Benefícios	(5.204.525)	(5.225.005)
Encargos	(8.356.436)	(8.216.451)
Total	(115.188.637)	(111.981.058)

1. MEDICAMENTOS E MATERIAIS

Descrição	2024	2023
Medicamentos	(7.067.254)	(6.864.875)
Materiais de Consumo	(18.644.992)	(17.505.164)
Total	(25.712.246)	(24.370.039)

1. ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Descrição	2024	2023
Bens de Natureza Permanente	(13.616)	(93.574)
Seguros em Geral	(29.772)	(67.163)
Peças e Acessórios para Veículos	(20.281)	(24.132)
Associações de Classe	(48.885)	(46.608)
Custas Legais	(403.958)	(541.768)
Outras Despesas	(448.858)	(22.287)
Total	(965.370)	(795.532)

1. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Descrição	2024	2023
Energia Elétrica	(1.339.447)	(1.931.380)
Água e Esgoto	(706.730)	(661.504)
Telefone e Internet	(48.683)	(48.993)
Gás Natural	(912.485)	(1.211.965)
Total	(3.007.345)	(3.853.842)

1. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

Em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado em 2024 nas rubricas de serviços não remunerados de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita com base na remuneração dos Administradores, segundo informações divulgadas pelo mercado de trabalho.

Descrição	2024	2023
Governança Cooperativa	173.900	178.405
Total	173.900	178.405

1. RESULTADO FINANCEIRO

Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:

Receitas Financeiras	2024	2023
Descontos Obtidos	59.448	74.165
Atualização Monetária	17.083	10.596
Subtotal (a)	76.531	84.761

Despesas Financeiras	2024	2023
Despesas Financeiras	-	(1.149)
Despesas Bancárias	(26.121)	(29.007)
Subtotal (b)	(25.121)	(30.156)

Total (a+b)	50.410	54.605
--------------------	---------------	---------------

1. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A entidade usufrui da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção.

Desta maneira, a fim de cumprir o item 27, “c” da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações:

Descrição	2024	2023
Base de Cálculo - Ordenados e Salários	101.295.721	99.094.466
Percentual de Contribuição	5,80%	5,80%
Valor da Contribuição	5.875.152	5.747.479

1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos Impostos nos termos do art. 150, VI, “c” da CF/88, bem como da imunidade às Contribuições para

a seguridade social disposta no art. 195, §7º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

1. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade adota medidas preventivas por meio da contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), seguem abaixo informações sobre os seguros contratados:

Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Allianz Empresarial	Seguro Predial	30.000.000	20/10/2025
Porto Seguro	Seguro de Veículos	500.000	25/09/2025
Porto Seguro	Seguro Garantia Financeira	87.500	01/03/2025
Porto Seguro	Seguro de Equipamentos Médicos	9.800	25/09/2025

1. EVENTOS SUBSEQUENTES

Para execução das atividades atinentes ao Contrato de Gestão em 2025 está previsto que a entidade receberá a título de custeio o valor de R\$ 185.875.476 (cento e oitenta e cinco milhões oitocentos e setenta e cinco mil quatrocentos e setenta e seis reais) que onerará a rubrica 10.302.0930.4852.0000, no item 33 50 85 do Fundo Estadual de Saúde da Lei nº 141/2012, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02 de janeiro de 2025.

Ir. Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Rodrigo Ronald Henrique da Silva
Contador
CRC 1SP290165/0-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da

Organização Social de Saúde Santa Marcelina–Hospital Geral de Itaquaquecetuba

Itaquaquecetuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 31.412.315, quando o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R\$ 28.770.030 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba é provido, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo. A continuidade operacional da Entidade dependerá do sucesso do plano de continuidade e/ou de aportes de seu controlador.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado: Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades, conforme demonstrado na nota explicativa nº 03.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

JOSÉ LUIZ DE FARIA
Contador
CRC-1SP116.868/O-8

Registro CVM n.º 7.021

PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS

À Diretoria,

O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, com a presença da Irmã Giuseppina Raineri, Irmã Carla Rosimeire Felix e Irmã Demétria Bernardi, nos termos do artigo 54, inciso V, do Código Civil de 2002, e de acordo com o que determina o artigo 86 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras da **Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba**, encerrado em 31/12/2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria Cokinós & Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros presentes, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

Irmã Giuseppina Raineri

Irmã Carla Rosimeire Felix

Irmã Demétria Bernardi